

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

(Processo Administrativo nº 164956/2026)

1 – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 – Concessão de Uso de Bem Público, a título oneroso, de área delimitada localizada na Praça de Atividades Folclóricas “Professor José Sant’Anna” (Recinto do Folclore), destinada exclusivamente à instalação, operação, controle de fluxo e exploração comercial de estacionamento de veículos automotores e motocicletas durante o período de realização do 62º Festival do Folclore de Olímpia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Código	Especificação	Unidade de Medida	QT	Valor Mínimo
1	2.01.11.1929-9	CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO DE ÁREA ABERTA DEMARCADA, LOCALIZADA NA PRAÇA DE ATIVIDADES FOLCLÓRICAS PROFESSOR JOSÉ SANT’ANNA, DESTINADA À INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS E MOTOCICLETAS	SV	1	R\$ 25.000,00

1.2 – O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) meses, contados a partir da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1 – O prazo acima mencionado abrange: marcação de vagas, instalação de guichês/cancelas, operação comercial, desmobilização, fiscalização e encerramento financeiro.

1.3 – O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 – Alinhamento Institucional: O Festival do Folclore é o evento cultural de maior relevância do município, atraindo fluxos turísticos nacionais expressivos e movimentando o comércio, a hotelaria e a economia local. A disponibilização de um estacionamento organizado e seguro integra a infraestrutura logística indispensável para o acolhimento do público, mitigando os impactos negativos no trânsito das vias públicas adjacentes e garantindo o ordenamento urbano.

2.2 – Justificativa da Solução: A Administração Pública não dispõe de pessoal operacional, controladores de tráfego, sistemas automatizados de bilhetagem e

controle de fluxo, tampouco de seguro de responsabilidade civil para a cobertura de riscos de guarda de bens de terceiros em regime ininterrupto de 24 horas. Desse modo, a concessão de uso a uma empresa especializada transfere o risco operacional, a responsabilidade civil por sinistros e o investimento financeiro integralmente para a iniciativa privada.

2.3 – Economicidade: A modelagem atende ao princípio da eficiência e do interesse público, visto que desonera o erário municipal de custos com mão de obra e tecnologia para controle de tráfego interno e, simultaneamente, converte o direito de exploração comercial do espaço público em receita direta (outorga) para o município, com valor de partida fixado em R\$ 25.000,00.

2.4 – Resta consignado que o presente objeto não constava originalmente no Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício de 2026, haja vista que, nas edições anteriores do evento, a operação da referida área era cedida de forma direta e institucional para a gestão da Santa Casa de Misericórdia de Olímpia.

2.5 – A opção pela alteração da modelagem e o consequente processo de contratação decorrem de decisão discricionária da Administração Pública, pautada nos princípios da eficiência, da impessoalidade e da busca pela otimização das receitas públicas acessórias. O Município identificou a necessidade de profissionalizar a gestão logística do fluxo de veículos, implantar sistemas modernos de automação e transferir os riscos de responsabilidade civil facultativa de garagista integralmente ao mercado privado, convertendo o espaço em receita direta ao Tesouro Municipal por meio de outorga, justificando-se plenamente o processamento do certame.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 – Visão Integral da Solução: A solução abrange o ciclo completo de planejamento logístico viário interno, delimitação e sinalização das vagas, instalação de equipamentos de automação e cabines de arrecadação nas vias de acesso, operação comercial com cobrança e validação tarifária antecipada no ato da entrada, controle de segurança patrimonial dos veículos sob guarda em regime de 24 horas durante o festival, livre fluxo de escoamento na saída, desmobilização das estruturas temporárias e recomposição integral do patrimônio público outorgado.

3.2 – Ciclo de Vida do Objeto:

Fase Pré-Operacional (Planejamento e Montagem): Entrada no recinto, limpeza da área do estacionamento, pintura e demarcação viária das vagas (incluindo as reservas legais), instalação de guaritas de cobrança nas portarias de entrada, cancelas eletrônicas, iluminação complementar e sistemas de bilhetagem/arrecadação.

Fase Operacional (Execução): Funcionamento ininterrupto (24 horas por dia) de 01 a 09 de agosto, triagem e cobrança tarifária obrigatória imediatamente na entrada do veículo, entrega do comprovante impresso de quitação e identificação de vaga, vigilância ativa contra furtos/roubos no pátio e garantia de saída rápida e desimpedida sem retenção por conferência financeira secundária.

Fase de Encerramento (Desmobilização): Desmontagem das estruturas de controle, remoção de resíduos e devolução da área limpa e recomposta à municipalidade.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 – Sustentabilidade e Posturas:

Gestão de Resíduos: A concessionária será a única responsável pelo recolhimento e destinação adequada dos resíduos gerados (como bilhetes descartados e lixo comum) no perímetro do estacionamento, devendo fornecer e manter no mínimo 15 lixeiras distribuídas estrategicamente pelas áreas de circulação de pedestres e guichês.

Eficiência Energética e Redução de Carbono: Toda a iluminação decorativa e operacional das guaritas, totens informativos e refletores temporários deverá utilizar tecnologia LED de baixo consumo. Os veículos operacionais de apoio (como motocicletas de ronda interna) deverão estar em perfeitas condições de manutenção para evitar emissões excessivas de poluentes e ruídos.

Limite de velocidade: deverá ser observado o limite de velocidade interna de 10 km/h para evitar suspensão de poeira/ruídos.

Subcontratação

4.2 – É terminantemente vedada a subcontratação total do objeto. A subcontratação parcial será admitida apenas para serviços de apoio logísticos secundários (segurança privada/vigilância, limpeza de pátio, locação de equipamentos de automação), permanecendo a concessionária como única e integral responsável perante o Município.

Garantia da contratação

4.3 – Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Vistoria

4.4 – A visita técnica ao local de execução será facultativa, podendo ser realizada pelos interessados mediante prévio agendamento junto à Secretaria Municipal de Cultura e Defesa do Folclore, através do e-mail cultura@olimpia.sp.gov.br.

4.4.1 – Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.4.2 – Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.4.3 – O licitante que optar por não realizar a visita técnica deverá apresentar Declaração de Pleno Conhecimento das Condições Locais, assumindo integral responsabilidade pela elaboração de sua proposta e pela execução do objeto, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições existentes para eximir-se de quaisquer obrigações decorrentes da contratação.

Regras de Uso dos Espaços e Zeladoria

4.5 – Fica estritamente estabelecido que as guaritas de atendimento e guichês de arrecadação do estacionamento deverão, obrigatoriamente, ser em módulos estruturais do tipo contêiner termoacústico ou em estruturas modulares de fechamento padrão (Octanorm), visando garantir a segurança dos operadores, a higiene e a padronização

Secretaria de Cultura e Defesa do Folclore

estética do evento. Não será permitida a utilização de tendas de lona improvisadas ou estruturas de madeira.

4.6 – A prefeitura não se responsabilizará pela guarda de quaisquer equipamentos ou valores em espécie mantidos nos quichês da concessionária. Fica proibido o pernoite de funcionários em barracas ou estruturas improvisadas no interior do pátio do estacionamento.

4.7 – A CONCESSIONÁRIA deverá emitir e disponibilizar, sem qualquer ônus para o Município, o total de 300 (trezentas) credenciais oficiais de estacionamento, cuja arte gráfica e especificações de segurança serão fornecidas pela Comissão Organizadora do evento.

4.7.1 – Em atenção às necessidades de gestão e controle de fluxo da Comissão Organizadora, o montante total de 300 credenciais poderá ser desmembrado e emitido em duas modalidades distintas, a critério da Administração.

I – Credenciais Permanentes: Válidas para livre acesso e trânsito durante todos os 9 (nove) dias de realização do festival, destinadas principalmente a trabalhadores fixos, concessionários do parque, empresários de estandes e barraqueiros da praça de alimentação.

II – Credenciais Diárias (Modulares): Válidas exclusivamente para a data específica gravada em seu corpo gráfico, destinadas a prestadores de serviços temporários, patrocinadores e autoridades convidadas para dias isolados, perdendo a validade imediatamente após o encerramento do respectivo dia operacional.

4.7.2 – As referidas credenciais, em quaisquer de suas modalidades (permanente ou diária), serão distribuídas e validadas exclusivamente pela Comissão Organizadora.

4.7.3 – Os veículos portadores destas credenciais oficiais terão direito ao acesso, manobra e permanência no estacionamento, sem sofrer qualquer tipo de cobrança tarifária na entrada ou retenção de fluxo, desde que a credencial esteja visível no para-brisa do automóvel e dentro do respectivo prazo de validade.

4.7.4 – Adicionalmente, fica estabelecido que o pátio operacional deverá comportar e acomodar até 10 (dez) carretas/caminhões de grande porte pertencentes ao concessionário do parque de diversões. Fica expressamente consignado que o espaço para acomodação destes veículos pesados não integrará e não interferirá nas 792 (setecentas e noventa e duas) vagas demarcadas e destinadas ao público geral.

4.8 – O vencedor do certame deverá limpar toda a área de sua responsabilidade antes de se retirar do Recinto após o término do evento, visto que, deverão apresentar a área limpa ao Fiscal dos Serviços (elencado no Modelo de Gestão de Contrato) para ser permitida a saída.

4.9 – A liberação para a retirada definitiva de equipamentos do concessionário, a partir do dia 10/08/2026, ficará condicionada à emissão do Termo de Vistoria de Devolução de Espaço, a ser assinando eletronicamente ou fisicamente pela Fiscal do Contrato, atestando que o local foi entregue limpo, desmarcado (sem resíduos de tintas prejudiciais ao piso) e sem danos estruturais ao solo ou cercas.

Diretrizes Gerais de Operação

4.10 – Toda a emissão de comprovantes de pagamento e tíquetes de controle de acesso deve ocorrer no ato da entrada por meio eletrônico e material descartável ou digital (QR Code ou código de barras), servindo como comprovante fiscal de acesso e

termo de guarda de bens.

4.11 – Todos os equipamentos necessários para a operação e realização dos serviços propostos serão de responsabilidade da empresa, incluindo material para demarcação de solo, placas de sinalização indicativas, refletores de iluminação suplementar, rádios de comunicação (rádios HT), uniformes e EPIs para a equipe de orientadores de pátio.

Obrigações Adicionais do Vencedor

4.12 – Conhecer e respeitar as legislações de trânsito brasileiras (CTB) e as posturas municipais vigentes concernentes à circulação e guarda de veículos.

4.13 – Deverá ser possibilitado o pagamento por meio de quaisquer meios legais e compatíveis com o mercado, incluindo obrigatoriamente: dinheiro em espécie, cartões de débito, cartões de crédito e PIX.

4.14 – É de inteira responsabilidade da concessionária todas as despesas e riscos atinentes à montagem, demarcação e exploração da atividade comercial, inclusive de segurança e sinalização, observando todas as normas exigidas pelas autoridades municipais e de trânsito, sem qualquer ônus ou encargos de qualquer natureza para a Prefeitura de Olímpia. Fica sob inteira responsabilidade da licitante vencedora a contratação de mão de obra para o cumprimento das obrigações (orientadores de portaria, caixas de entrada, fiscais de pátio), devendo arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais decorrentes da exploração da atividade.

4.15 – Utilizar o local exclusivamente para a destinação determinada no edital (estacionamento), sendo vedada a comercialização de qualquer outro produto, publicidade não autorizada ou a instalação de vendedores ambulantes no perímetro concedido.

4.16 – Não suspender suas atividades de controle e operação durante o horário de funcionamento fixado (regime 24h) sem prévia e expressa autorização da prefeitura.

4.17 – Reitere-se que a CONCESSIONÁRIA ficará responsável por eventuais danos causados aos bens públicos disponibilizados nos locais (postes de iluminação, guias, sarjetas, cercas e portões), devendo reparar de imediato sob pena de pagamento dos valores do bem deteriorado.

4.18 – A Prefeitura poderá a qualquer tempo durante o evento emitir notificação para correção de atitudes dos operadores ou melhoria na sinalização de fluxo, sendo que a mesma tem efeito imediato e seu descumprimento incidirá nas sanções cabíveis.

4.19 – Havendo contratos de patrocínio institucional de marcas oficiais do evento, a concessionária deverá respeitar e permitir a fixação de material publicitário do patrocinador oficial nas barreiras, cancelas e uniformes, se assim solicitado pela Comissão Organizadora.

4.20 – Respeitar o som ambiente das apresentações culturais do festival. Fica proibida a utilização de sistemas de som nas guaritas ou pátio que emitam ruídos acima de 60 decibéis, bem como a utilização de buzinas ou alarmes contínuos pelos operadores.

4.21 – Das Vagas Reservadas por Lei (Acessibilidade Obrigatória): A CONCESSIONÁRIA deverá reservar, sinalizar e manter permanentemente desimpedidas, para uso exclusivo, as vagas destinadas a idosos, pessoas com deficiência (PCD) e autistas (TEA), em estrita conformidade com a legislação federal e a Lei Municipal nº 5.072/2025 vigentes:

4.21.1 – Fica estabelecida a reserva de 5% (cinco por cento) do total das vagas para o

estacionamento de veículos conduzidos por idosos ou que os transportem, nos termos do art. 41 da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), totalizando o mínimo de 40 (quarenta) vagas.

4.21.2 – Fica estabelecida a reserva de 2% (dois por cento) do total das vagas para veículos que transportem pessoa com deficiência com comprometimento de mobilidade, nos termos do art. 47 da Lei Federal nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), totalizando o mínimo de 16 (dezesesseis) vagas.

4.21.3 – Fica estabelecida a reserva de 1% (um por cento) do total das vagas para veículos que transportem pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 5.072/2025, totalizando o mínimo de 08 (oito) vagas.

4.21.4 – As vagas de que tratam este item deverão ser posicionadas de forma a garantir a maior proximidade possível dos portões de acesso principal do público ao Recinto, devendo ser devidamente identificadas com a sinalização horizontal e vertical regulamentar (padrão CONTRAN).

4.21.5 – A utilização das referidas vagas fica condicionada à exibição, no painel do veículo, da credencial emitida pelo órgão de trânsito competente, cabendo à CONCESSIONÁRIA a fiscalização e orientação dos usuários, sem prejuízo da cobrança regular da tarifa fixada no item 5.6.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 – Condições de Execução e Normas Técnicas:

5.1.1 – A área de estacionamento deverá estar permanentemente limpa, livre de obstáculos perigosos, com as vagas nitidamente demarcadas no solo e com sinalização vertical indicativa de entradas, saídas, velocidade máxima permitida (10 km/h) e sentidos de circulação.

5.1.2 – Conformidade Mandatória: As instalações elétricas temporárias das guaritas e refletores deverão atender às normas ABNT NBR 5410. A operação deverá cumprir as diretrizes de segurança do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) aplicadas a áreas de estacionamento privado de uso coletivo e as Normas Regulamentadoras do Trabalho aplicáveis.

5.1.2.1 – Como condição obrigatória para início da operação do estacionamento, a concessionária deverá apresentar à Fiscalização do Contrato:

I – Croqui/Plano de Fluxo e Orientação de Tráfego Interno aprovado pelo órgão municipal de trânsito, focando na agilidade dos guichês de entrada;

II – Laudo de conformidade das instalações elétricas temporárias (guichês e iluminação de pátio), incluindo aterramento;

III – Comprovante de instalação de iluminação de emergência e extintores de incêndio do tipo PQS nas guaritas e cabines de cobrança inicial;

IV – Relação nominal da equipe de vigilância interna e orientadores, devidamente uniformizados;

V – Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Garagista vigente, abrangendo coberturas contra incêndio, queda de objetos, colisão, furto e roubo total de veículos e motocicletas sob sua guarda, com teto de cobertura global mínimo de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), permanecendo válida durante todo o período de montagem, operação e desmontagem da estrutura.

Secretaria de Cultura e Defesa do Folclore

Justificativa do Valor do Seguro: O montante mínimo de R\$ 700.000,00 demonstra-se estritamente proporcional e justificado devido à capacidade simultânea do pátio (792 veículos) sob regime ininterrupto de 24 horas durante o 62º Festival do Folclore de Olímpia. Tendo em vista o alto valor agregado dos patrimônios privados sob guarda da concessionária e os riscos inerentes a sinistros coletivos (como incêndios de grandes proporções no pátio ou arrastões), o montante fixado reflete o mínimo prudencial exigido no mercado de grandes eventos para salvaguardar os usuários e isentar o município de responsabilidades civis subsidiárias.

A abertura do estacionamento ao público ficará condicionada à aprovação documental e operacional pela fiscalização municipal.

5.1.3 – Autossuficiência Elétrica Complementar: Fica a cargo da concessionária a puxada e distribuição de energia elétrica interna para os seus guichês a partir do ponto fornecido pela prefeitura, responsabilizando-se por eventuais geradores nobreak para os computadores e cancelas, garantindo que o sistema eletrônico não sofra interrupções e cause lentidão nas vias de acesso externas.

5.1.4 – Regras Sanitárias e Posturas: Fica proibido o acampamento de funcionários, montagem de churrasqueiras ou permanência de animais de rua ou de propriedade dos operadores nas dependências do estacionamento.

5.1.5 – Limitação Sonora: Os orientadores deverão utilizar apitos de forma moderada, ficando proibido o uso de megafones ou caixas acústicas para chamada de placas, de forma a não interferir na acústica dos palcos e apresentações folclóricas.

5.2 – Local e Horário:

5.2.1 – Local: Área destinada a estacionamento na Praça de Atividades Folclóricas “Professor José Sant’Anna”, Olímpia/SP.

5.2.2 – Período: De 01 a 09 de agosto de 2026.

5.2.3 – Horário: Regime ininterrupto de 24 (vinte e quatro) horas por dia, iniciando-se a contagem operacional a partir das 07h00 do dia 01/08/2026 até as 12h00 do dia 10/08/2026.

5.2.4 – Cronograma de Ocupação: Limpeza, marcação e instalação dos guichês autorizadas a partir de 27/07, devendo estar 100% finalizadas e testadas até as 18h00 do dia 31/07. Desmontagem, pintura de cobertura de solo (se aplicável) e retirada total das estruturas de 11/08 até 13/08.

5.3 – Das Obrigações da Administração: Entregar a área limpa e delimitada; exercer fiscalização diária com poder de notificação imediata; prestar apoio através dos agentes municipais de trânsito na organização dos fluxos viários externos de entrada e saída nas avenidas de acesso ao Recinto.

5.4 – Das Obrigações do Vencedor: Arcar com todos os custos operacionais, trabalhistas e fiscais; obter Alvará de Licença Provisório e de Funcionamento; manter equipe técnica e orientadores de plantão nas entradas e pátio. Fica expressamente vedada a sublocação total ou parcial da área demarcada.

5.5 – Dimensionamento Mínimo de Estrutura Operacional Exigida

A concessionária deverá disponibilizar, no mínimo:

I – Sinalização tátil/visual refletiva para demarcação de eixos de fluxo e divisão de todas as 792 (setecentas e noventa e duas) vagas nominais demarcadas destinadas ao público geral (veículos e motocicletas), além da área reservada isolada para os 10 caminhões/carretas do parque;

II – Mínimo de 02 (dois) portões independentes operando simultaneamente como vias de Entrada de veículos (equipados com cabines duplas de arrecadação para agilizar a cobrança antecipada) e 02 (dois) portões operando livremente como via de Saída sem retenção;

III – Sistema informatizado de emissão de tíquetes integrados aos pontos de cobrança nas portarias de acesso;

IV – Equipe de campo composta por, no mínimo, 10 (dez) orientadores de pátio por turno vespertino/noturno e 04 (quatro) fiscais de ronda motorizada.

5.6 – TABELAMENTO DE PREÇOS MÁXIMOS PERMITIDOS (POLÍTICA TARIFÁRIA):

Fica terminantemente proibida a cobrança de valores superiores aos tetos estabelecidos nesta cláusula, configurando crime contra a economia popular e infração contratual gravíssima a prática de preços abusivos.

5.6.1 – Tarifa para Automóveis (Carros e Caminhonetes):

I – Preço único por acesso/diária, cobrado no ato da entrada, limitado ao teto máximo de R\$ 30,00 (trinta reais) para todos os dias do evento, sem distinção entre dias de semana, finais de semana ou feriados.

5.6.2 – Tarifa para Motocicletas e Ciclomotores:

I – Preço único por acesso/diária, cobrado no ato da entrada, limitado ao teto máximo de R\$ 10,00 (dez reais) para todos os dias do evento, sem distinção entre dias de semana, finais de semana ou feriados.

5.6.3 – Isenções Obrigatórias: Fica garantido o acesso inteiramente gratuito, livre de qualquer cobrança tarifária, para viaturas oficiais (Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal, Corpo de Bombeiros, Fiscalização Municipal, Ambulâncias) e veículos de prestadores de serviços logísticos da Prefeitura que estejam devidamente identificados com adesivo oficial do evento ou credencial emitida pela Comissão Organizadora.

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 – As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 – O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 – Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 – Fica determinado como fiscal a servidora Camila Reale Thereza Gameiro, Diretora da Divisão de Festivais e Eventos, e-mail: creale@olimpia.sp.gov.br, telefone (17) 3281-8741 para acompanhar o contrato e fiscalizar sua execução, registrando todas as ocorrências relacionadas determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

6.7 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.8 – A fiscalização contratual observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720, de 2023.

6.9 – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.10 – Fica determinado como gestor a servidora Graziela de Souza Mendes, Diretora Administrativa, e-mail: gmendes@olimpia.sp.gov.br, telefone (17) 3281-8741, para acompanhar o contrato, registrando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

6.11 – A gestão do contrato observará a totalidade do disposto no Decreto Municipal nº 8.720, de 2023.

7 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 – Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 – Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Secretaria de Cultura e Defesa do Folclore

7.2.2 – Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3 – Multa:

7.3.1 – Moratória, para as infrações descritas na alínea “d”, de 1,0% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do lance arrematado, até o limite de 10 (dez) dias, cuja persistência ensejará a rescisão unilateral da concessão com perda dos valores pagos.

7.3.2 – Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h”, de 20% (vinte por cento) do valor do lance arrematado.

7.3.3 – Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) do valor do lance arrematado.

7.3.4 – Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) do valor do lance arrematado.

7.3.5 – Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 10% (dez por cento) do valor do lance arrematado.

7.3.6 – Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) do valor do lance arrematado.

7.3.7 – Para os fins de aplicação das multas compensatórias previstas nos subitens anteriores e visando a adequação às peculiaridades operacionais do 62º Festival do Folclore de Olímpia, as infrações contratuais cometidas no Recinto serão enquadradas de acordo com a sua natureza e gravidade, conforme a seguinte gradação:

7.3.7.1 – INFRAÇÕES LEVES: Sujeitam o Contratado à multa compensatória prevista no subitem 7.3.6 (10% sobre o valor do lance arrematado) por ocorrência, após o desatendimento de Notificação de Advertência prévia:

- a) Permitir o estacionamento de veículos fora das faixas demarcadas, gerando desorganização ou obstruindo corredores de manobra;
- b) Desatender os padrões de higiene e uniformização dos operadores de caixa e orientadores de tráfego;
- c) Não disponibilizar lixeiras adequadas nas proximidades dos guichês ou deixar de realizar o descarte diário dos resíduos recolhidos no pátio;
- d) Deixar de afixar placas informativas com o valor regulamentar das tarifas máximas permitidas na entrada de cada portão;
- e) Demorar para emitir o tíquete de acesso manual quando houver falhas técnicas temporárias nas cancelas automáticas.

7.3.7.2 – INFRAÇÕES MÉDIAS: Sujeitam o Contratado à multa compensatória prevista no subitem 7.3.5 (10% sobre o valor do lance arrematado) por ocorrência:

- a) Utilizar sinalizações viárias provisórias (faixas, cavaletes) rasgadas, ilegíveis ou fora do padrão visual estipulado pela organização do evento;
- b) Utilizar rádios comunicadores ou alarmes sonoros nas guaritas em potências elevadas que interfiram nas transmissões ou apresentações culturais do festival;
- c) Utilizar cabeamento elétrico exposto ou sem canaletas de proteção nos pontos de travessia de pedestres e pneus de veículos;

Secretaria de Cultura e Defesa do Folclore

d) Deixar de manter as vagas reservadas a idosos e PCDs devidamente desimpedidas para o público preferencial;

e) Registrar lentidão excessiva e formação de filas de veículos que alcancem as vias públicas externas por insuficiência de operadores nos guichês de entrada.

7.3.7.3 – INFRAÇÕES GRAVES: Sujeitam o Contratado à multa compensatória prevista no subitem 7.3.4 (15% sobre o valor do lance arrematado) por ocorrência:

a) Praticar preços superiores aos máximos estabelecidos nas tabelas tarifárias (Item 5.6.1 e 5.6.2), gerando denúncias fundamentadas de abusividade;

b) Suspender as atividades de triagem ou fechamento do pátio durante as 24 horas obrigatórias sem autorização por escrito da comissão organizadora

c) Negar acesso injustificado ou realizar cobrança indevida de veículos oficiais isentos previstos no edital;

d) Apresentar falhas ou recusas sistêmicas na aceitação de qualquer uma das modalidades obrigatórias de pagamento (cartão ou PIX);

e) Não acionar a cobertura de seguro ou criar embargos administrativos para o ressarcimento de usuários lesados por pequenos sinistros (batidas/furtos parciais) ocorridos internamente.

7.3.7.4 – INFRAÇÕES GRAVÍSSIMAS: Sujeitam o Contratado à multa compensatória prevista nos subitens 7.3.2 ou 7.3.3 (20% sobre o valor do lance arrematado), cumulada com a rescisão imediata do ajuste:

a) Subcontratar, ceder, locar, sublocar ou transferir a qualquer título (oneroso ou gratuito) a gestão do estacionamento público objeto do certame;

b) Praticar atos de vandalismo ou desacato contra os agentes públicos da organização, equipe de fiscalização ou transeuntes;

c) Operar o estacionamento sem a vigência, regularidade ou liquidação da apólice de seguro garagem obrigatória exigida no item 5.1.2.1.

7.3.8 – DO PODER DE POLÍCIA OPERACIONAL EM CAMPO: Sem prejuízo do regular processo administrativo para aplicação definitiva das sanções financeiras reguladas nesta cláusula, fica a Fiscalização do Contrato autorizada a adotar as seguintes medidas acautelatórias imediatas no Recinto do Folclore, visando preservar a ordem e a segurança do evento:

a) Determinar a abertura compulsória das cancelas e a liberação temporária gratuita do acesso aos usuários sempre que a fila de veículos externos gerar risco iminente de acidentes na malha viária urbana adjacente;

b) Reter provisoriamente equipamentos de arrecadação manual que estejam comprovadamente sendo operados com tarifas acima do tabelamento oficial, lavrando-se o termo de ocorrência;

c) Determinar a retomada compulsória imediata da área pública nos casos comprovados de subcontratação ou cessão a terceiros.

7.4 – A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.5 – Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.6 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Secretaria de Cultura e Defesa do Folclore

7.7 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

7.8 – A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.9 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.10 – Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no CRC (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia).

7.11 – Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no CRC (Cadastro de Fornecedores da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia) serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.12 – Na aplicação das sanções serão considerados:

7.12.1 – A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.12.2 – As peculiaridades do caso concreto;

7.12.3 – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.12.4 – Os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.12.5 – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.13 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.14 – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.15 – O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.16 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17 – Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 – O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR LANCE respeitados os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances de acordo com o inciso III do artigo 55 e inversão de fases conforme parágrafo 1º do artigo 17 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.1.1 – Propõe-se, para o presente certame, a inversão do rito procedimental ordinário, de modo que a Fase de Habilitação (inclusive Habilitação Jurídica) preceda a fase de disputa de lances. A medida atende ao princípio da eficiência, da segurança jurídica e do interesse público, motivada pelos seguintes fatores:

Considerando a natureza do objeto, a complexidade logística que envolve o controle ininterrupto e a assunção de riscos de responsabilidade civil garagista de grande vulto (792 veículos simultâneos), faz-se mandatório afastar aventureiros do certame. A análise documental prévia garante que apenas empresas formalmente constituídas, robustas e juridicamente híidas disputem lances, blindando o município contra lances fictícios e subsequentes abandonos que comprometeriam severamente a infraestrutura de apoio do 62º Festival do Folclore de Olímpia.

Histórico Administrativo e Continuidade Operacional do Evento: A inversão de fases reflete o histórico procedimental consagrado nas edições prévias do Festival, demonstrando ser o rito que confere a máxima celeridade, eficiência e segurança arrecadatória. A triagem prévia preserva a ordem administrativa e garante a continuidade do padrão de excelência de recepção aos turistas.

Diante do exposto, a inversão de fases demonstra-se o instrumento técnico mais adequado para garantir a lisura, a seriedade e a segurança operacional da contratação, restando plenamente justificado o interesse público na inversão do rito.

8.2 – CRITÉRIO DE INCREMENTO MÍNIMO EXIGIDO: Para a sessão pública e disputa de lances, fica estipulado o intervalo fixo mínimo:

a) O INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES SERÁ DE R\$ 1.000,00 (MIL REAIS), aplicados sobre o valor do item. Não serão aceitas propostas com incrementos inferiores.

Regime de execução

8.3 – Não se aplica regime de execução contratual típico de engenharia ou prestação de serviços continuados, tratando-se estritamente de Concessão de Uso Onerosa de Bem Público, regida pelo direito administrativo e subsidiariamente pelas regras de ocupação de solo urbano.

Exigências de habilitação

Habilitação Jurídica

8.4 – Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5 – Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6 – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7 – Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8 – Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9 – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10 – Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.11 – Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.12 – Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.14 – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria

Secretaria de Cultura e Defesa do Folclore

Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19 – Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.20 – O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes Estadual e Municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21 – Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, no caso de pessoa jurídica;

Qualificação Técnica

8.22 – Comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto da licitação através da apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a operação ou gestão de estacionamento de veículos de uso coletivo de médio ou grande porte.

8.23 – Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

8.23.1 – A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Outras Documentações

8.24 – Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

8.25 – Declaração assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração.

8.26 – Declaração que está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto a este Município, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da emissão da ordem de serviço serão efetuadas no endereço que constar

Secretaria de Cultura e Defesa do Folclore

em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial.

8.27 – Declaração que a empresa não possui nenhum dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes, todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, cujos termos declara conhecer na íntegra.

8.28 – Declaração de que concorda com as exigências editalícias e sujeitar-se-á a todos os termos do presente processo administrativo.

8.29 – Declaração que está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

8.30 – Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

8.31 – Declaração de que a empresa licitante não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Distrital, Estadual ou Municipal, em conformidade com o artigo 156 da Lei 14.133/2021.

8.32 – Declaração de que cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários, especialmente relativas à NR-5, NR-7 e NR-9.

8.33 – A proponente deverá apresentar “Certificado de Visita Técnica”, que será emitido pelo órgão licitante no ato da visita.

8.33.1 – O licitante que optar pela não realização da visita técnica deverá, para participar do certame, deverá apresentar declaração conforme Anexo em Edital. Estando ciente da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica.

9 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 – Valor de Partida (Lance Mínimo): Fixado em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

9.2 – Justificativa Técnica do Preço Mínimo e Fundamentação Legal: O valor mínimo de outorga fixado em R\$ 25.000,00 demonstra-se estritamente proporcional, razoável e vantajoso para o erário, encontrando pleno suporte no potencial econômico do espaço e no cruzamento dos seguintes critérios técnicos:

9.2.1 – Da Base Legal pelo Código de Posturas (Piso Mínimo Irredutível): Em atendimento ao princípio da legalidade e da indisponibilidade do interesse público, o valor de partida adota como piso absoluto o critério estabelecido no Código de Posturas Municipal para a ocupação do espaço do Recinto do Folclore. A norma fixa a taxa de uso em 36 UFESPs por dia (para o mínimo de 3 dias). Considerando o período integral de 9 (nove) dias de realização do 62º Festival do Folclore e o valor da UFESP vigente para o exercício de 2026 (R\$ 38,42), a cobrança estritamente legal totaliza o montante de R\$ 12.448,08 (9 dias × 36 UFESPs = 324 UFESPs).

9.2.2 – Da Modelagem de Faturamento nos Dias de Pico (Justificativa do Ágio de R\$ 25.000,00): Para além do piso do Código de Posturas, a fixação da outorga inicial no patamar de R\$ 25.000,00 justifica-se pela transferência do direito de exploração

Secretaria de Cultura e Defesa do Folclore

comercial de um bolsão de alta rotatividade. Uma projeção matemática simples, baseada na lotação máxima simultânea apenas nos dias de maior fluxo (sexta-feira, sábado e domingo), comprova a atratividade e o equilíbrio financeiro do negócio para o mercado privado:

Capacidade Comercializável: De 792 vagas totais homologadas, subtraem-se as 300 credenciais de isenção obrigatória (item 4.7), restando 492 vagas líquidas geradoras de receita por rotação;

Faturamento de Fim de Semana (Tarifa de R\$ 30,00): A ocupação de apenas 1 (uma) carga única diária dessas 492 vagas ao preço de R\$ 30,00 gera o faturamento bruto de R\$ 14.760,00 por dia;

Projeção de Pico (3 dias - Sex/Sáb/Dom): Apenas no primeiro ou no segundo final de semana do evento, o faturamento bruto estimado atinge R\$ 44.280,00 (3 dias × R\$ 14.760,00), valor este que já supera com folga o lance mínimo de outorga de R\$ 25.000,00 exigido, sem computar a rotatividade de vagas (entra e sai de veículos) e os demais 6 (seis) dias de semana do festival.

9.2.3 – Do Equilíbrio Econômico e Eficiência: O patamar de R\$ 25.000,00 funciona, portanto, como o piso de segurança econômica que protege o município contra a subavaliação do seu patrimônio imaterial. O mecanismo do Pregão Eletrônico sob o critério de Maior Lance captará o ágio real de mercado, convertendo o grande fluxo turístico do festival em receita direta para o Tesouro Municipal, enquanto a política tarifária do item 5.6 impede qualquer abuso contra o cidadão usuário.

10 – RECOLHIMENTO E PAGAMENTO DO CERTAME

10.1 – O valor total do lance vencedor ofertado na sessão pública do Pregão Eletrônico deverá ser pago integralmente à vista (100%), em cota única, por meio de guia de recolhimento oficial emitida em favor da Fazenda Municipal de Olímpia.

10.2 – PRAZO PEREMPTÓRIO: O pagamento deverá ser efetuado impreterivelmente até o 3º (terceiro) dia útil subsequente à data de homologação e encerramento do certame licitatório.

10.2.1 – O atraso ou a ausência de compensação bancária do pagamento no prazo estipulado ensejará a desclassificação imediata do licitante, perda do direito de ocupação do lote, aplicação de multa compensatória de 20% sobre o lance formulado e convocação do licitante classificado em posição subsequente.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia, na data da assinatura digital.

Camila Reale Thereza Gameiro
Fiscal do Contrato

Graziela de Souza Mendes
Responsável pela elaboração
Gestora do Contrato

Priscila Seno Mathias Netto Foresti
Secretária de Cultura e Defesa do Folclore
Ordenador da Despesa